

STJ00099114

Diego Martinez Ferverza Cantoario

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

**O DIREITO À EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 62**

Curitiba
Juruá Editora
2014

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4626-0

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Cantoario, Diego Martinez Ferverza.

C232 Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública:
o direito à execução das decisões judiciais após a emenda
constitucional 62./ Diego Martinez Ferverza Cantoario./
Curitiba: Juruá, 2014.
296p.

1. Ação de execução. 2. Direito processual. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)

CDU 347

000009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 – TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA E DIREITO DE EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	25
1.1 Tutela Jurisdicional Executiva	29
1.2 Adequação dos Meios Executórios e Tutela Jurisdicional Executiva	35
1.3 O Direito à Execução de Sentenças na Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos	41
1.4 Conteúdo do Direito à Execução das Decisões Judiciais	48
1.5 Limitações ao Direito de Execução das Decisões Judiciais	64
2 – EXECUÇÃO CONTRA OS ENTES PÚBLICOS NO DIREITO FRANCÊS	69
2.1 Formação da Justiça Administrativa Francesa: Um Breve Panorama	71
2.2 Separação de Poderes e Justiça Administrativa Francesa	74
2.3 Atual Panorama da Execução de Sentenças na Jurisdição Administrativa Francesa	77
3 – A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA EM FACE DOS ENTES PÚBLICOS NO DIREITO BRASILEIRO	103
3.1 Natureza da Execução Contra a Fazenda Pública	104
3.2 Objeto da Execução Contra a Fazenda Pública	107
3.3 Justificativas Para o Tratamento Diferenciado Conferido aos Entes Públicos	110

4 – A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA OS ENTES PÚBLICOS. DISCIPLINA LEGAL APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 62 E SUA COMPATIBILIDADE COM O DIREITO À EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	133
4.1 Processo Sincrético e Execução Contra os Entes Públicos....	133
4.2 Multa Sancionatória e Coercitiva.....	136
4.3 Legitimidade Passiva	141
4.4 Precatório (Ofício Requisitório).....	149
4.5 Créditos de Natureza Alimentícia.....	183
4.6 Execução por Menor Quantia (Requisição de Pequeno Valor)..	193
4.7 Parcelamento.....	199
4.8 Cessão de Crédito e Precatórios.....	211
4.9 Compensação-Sanção (Constituição, art. 100, § 9º, 10; ADCT, art. 78, § 2º e art. 97, § 10).....	217
4.10 Acordos Extrajudiciais e Leilão de Precatórios	233
4.11 Sequestro.....	242
CONCLUSÃO	273
REFERÊNCIAS	279
ÍNDICE ALFABÉTICO	293